

SUMÁRIO

1	
PROBIDADE ADMINISTRATIVA (ART. 1º)	21
▪ CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21
2	
SUJEITOS (ARTS. 2º A 8º)	83
3	
ESPÉCIES (ARTS. 9º A 11)	105
▪ CAPÍTULO II – DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	105
SEÇÃO I – DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.....	105
SEÇÃO II – DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO.....	130
SEÇÃO III – DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	148
4	
SANÇÕES (ART. 12)	169
▪ CAPÍTULO III – DAS PENAS	169
5	
DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13)	207
▪ CAPÍTULO IV – DA DECLARAÇÃO DE BENS	207
6	
CONTROLE INTERNO (ARTS. 14 E 15)	215
▪ CAPÍTULO V – DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL	215
7	
INDISPONIBILIDADE DE BENS (ART. 16)	219

8	
PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 17 E 18)	235
9	
DENUNCIÇÃO CALUNIOSA (ART. 19)	337
▪ CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES PENAIS	337
10	
EFICÁCIA DA CONDENAÇÃO E AFASTAMENTO PROVISÓRIO DE AGENTE PÚBLICO (ART. 20)	339
11	
INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS (ART. 21)	343
12	
INVESTIGAÇÃO (ART. 22)	349
13	
PRESCRIÇÃO (ART. 23)	355
▪ CAPÍTULO VII – DA PRESCRIÇÃO	355
14	
CAPACITAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE (ART. 23-A)	369
15	
DESPESAS PROCESSUAIS E SUCUMBÊNCIA (ART. 23-B)	371
16	
IMPROBIDADE E PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 23-C)	375
17	
EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI (ARTS. 24 E 25 E ARTS. 3º A 5º DA LEI N. 14.230/21)	377
▪ CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	377
LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021	379
BIBLIOGRAFIA	397

ÍNDICE (ANALÍTICO)

CAPÍTULO 1 – PROBIDADE ADMINISTRATIVA (ART. 1º)	21
1. IMPROBIDADE.....	22
2. CAUSAS E EFEITOS DA IMPROBIDADE.....	28
3. DIREITO SUBJETIVO PÚBLICO	39
4. MORALIDADE, PROBIDADE E IMPROBIDADE	43
5. A TUTELA DA PROBIDADE NO DIREITO BRASILEIRO.....	53
6. BENS JURÍDICOS TUTELADOS.....	57
7. ESPÉCIES ENDÓGENAS E EXÓGENAS DE IMPROBIDADE.....	59
7.1. LEI DAS ELEIÇÕES.....	62
7.2. LEIS DE FOMENTO PÚBLICO	63
7.3. ESTATUTO DA CIDADE.....	63
7.4. LEIS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	64
7.5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	64
7.6. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	65
7.7. LEI DE CONFLITO DE INTERESSES.....	66
7.8. OUTRAS LEIS.....	69
8. ELEMENTO SUBJETIVO: DOLO	70
8.1. CRIME E ATO DE IMPROBIDADE.....	77
9. INTERAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	79
10. EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE POR DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA.....	81
CAPÍTULO 2 – SUJEITOS (ARTS. 2º A 8º)	83
11. AGENTES PÚBLICOS: CONCEITO E ESPÉCIES	83
12. AGENTES PÚBLICOS NA LEI N. 8.429	91
13. AGENTES POLÍTICOS.....	93
14. RESPONSABILIDADE DECORRENTE DE PARCERIAS <i>LATO SENSU</i>	95

15. RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS.....	96
16. RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, SEUS DIRIGENTES E EMPREGADOS.....	98
17. EXCLUSÃO DA CONCORRÊNCIA COM A LEI N. 12.846/13	98
18. DEVER DE REPRESENTAÇÃO	102
19. LIMITE DA RESPONSABILIDADE DE PESSOAS FÍSICAS SUCESSORAS..	103
20. LIMITE DA RESPONSABILIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS SUCESSORAS	104
CAPÍTULO 3 – ESPÉCIES (ARTS. 9º A 11)	105
21. ESPÉCIES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	107
22. ELEMENTO SUBJETIVO: DOLO	107
23. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA.....	112
24. OBTENÇÃO DE VANTAGEM PATRIMONIAL INDEVIDA EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA POR AÇÃO OU OMISSÃO LEGAL OU ILEGAL	115
25. PERCEPÇÃO DE VANTAGEM ECONÔMICA DE QUEM TENHA POTENCIAL INTERESSE A SER SATISFEITO POR AÇÃO OU OMISSÃO DE AGENTE PÚBLICO	116
26. AUFERIMENTO DE VANTAGEM ECONÔMICA INDEVIDA ALIADA À CAUSAÇÃO DE PREJUÍZO AO ERÁRIO.....	120
27. APROVEITAMENTO DE BENS PÚBLICOS, DISPONIBILIZADOS AO PODER PÚBLICO, OU SOB SUA GUARDA OU TUTELA.....	122
28. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DESPROPORCIONAL	124
29. PREJUÍZO AO ERÁRIO	133
30. A EXCLUSÃO DA CULPA.....	136
31. APROVEITAMENTO DE BENS PÚBLICOS POR PARTICULARES.....	137
32. NEGÓCIOS COM VALORES SUPERFATURADOS OU SUBFATURADOS.	140
33. ATOS GERADORES DE ÔNUS ILEGÍTIMOS	141
34. FRUSTRAÇÃO DA LICITUDE DE LICITAÇÃO OU PRETERIÇÃO INDEVIDA	142
35. ILICITUDE NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NA ARRECADADAÇÃO	145
36. NORMA RESIDUAL	145
37. EXCEÇÃO À PERDA PATRIMONIAL EFETIVA	146
38. INAPLICABILIDADE DA ISENÇÃO DE RESSARCIMENTO.....	147
39. PERDA PATRIMONIAL E ATIVIDADE ECONÔMICA	147

40. ATENTADO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	150
41. REVELAÇÃO QUALIFICADA DE SEGREDO FUNCIONAL E DE INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA	153
42. NEGATIVA DE PUBLICIDADE AOS ATOS OFICIAIS.....	155
43. FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER CONCORRENCIAL DE PROCESSO SELETIVO	157
44. VIOLAÇÃO DO DEVER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	158
45. DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS RELATIVAS À CELEBRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E APROVAÇÃO DE CONTAS DE PARCERIAS.....	159
46. NEPOTISMO.....	159
47. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL COM PROMOÇÃO PESSOAL.....	160
48. DOLO E LESIVIDADE RELEVANTE	161
CAPÍTULO 4 – SANÇÕES (ART. 12).....	169
49. SANÇÕES GERAIS CONTRA A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	171
50. COMUNICAÇÃO OU NÃO DE INSTÂNCIAS DIFERENTES DE RESPONSABILIDADE	173
51. SANÇÕES ESPECÍFICAS DA LEI N. 8.429/92	174
52. DIMENSÃO SUBJETIVA.....	176
53. APLICAÇÃO E DOSIMETRIA DAS SANÇÕES	177
54. RESSARCIMENTO DO DANO	182
55. PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA.....	185
56. PERDA DE BENS	189
57. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	190
58. PAGAMENTO DE MULTA CIVIL	192
59. PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS.....	192
60. LIMITAÇÃO MATERIAL DA PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	194
61. AUMENTO DA MULTA CIVIL.....	196
62. PRESERVAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	196
63. LIMITAÇÃO ESPACIAL DA PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS OU CREDITÍCIOS.....	197
64. IMPROBIDADE DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO	198

65. DEDUÇÃO DA REPARAÇÃO DO DANO DE INSTÂNCIAS DIVERSAS.....	199
66. PROIBIÇÃO DO <i>BIS IN IDEM</i>	199
67. CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS	202
68. EFICÁCIA TEMPORAL DAS SANÇÕES	202
69. CÔMPUTO DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS POLÍTICOS..	203
CAPÍTULO 5 – DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13).....	207
70. CONTROLE DA LEGITIMIDADE DO ENRIQUECIMENTO DE AGENTES PÚBLICOS	207
71. LEI N. 8.730/93.....	210
72. REQUISITO DE PROVIMENTO EM CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICOS	210
73. DECLARAÇÃO DE INTERESSES E ATIVIDADES.....	211
74. PUBLICIDADE	212
CAPÍTULO 6 – CONTROLE INTERNO (ARTS. 14 E 15)	215
75. CONTROLE INTERNO DA PROBIDADE	216
76. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	216
CAPÍTULO 7 – INDISPONIBILIDADE DE BENS (ART. 16)	219
77. INDISPONIBILIDADE DE BENS	221
78. LEGITIMIDADE ATIVA	223
79. FINALIDADE	224
80. CONCORRÊNCIA COM OUTROS PROVIMENTOS CAUTELARES	226
81. CONTRADITÓRIO DIFERIDO	226
82. REQUISITOS.....	226
83. BENS ATINGÍVEIS.....	228
84. ORDEM DE INDISPONIBILIDADE DE BENS.....	229
85. BENS DE TERCEIRO.....	230
86. PROPORCIONALIDADE	230
87. CONVENÇÃO PROCESSUAL	232
88. DIREITO INTERTEMPORAL	232
89. RESPONSABILIDADE CIVIL E IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO	233
CAPÍTULO 8 – PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 17 E 18)	235
90. PROCESSO JUDICIAL: AÇÃO CIVIL	239

91. LEGITIMIDADE ATIVA	241
92. COMPETÊNCIA	244
93. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	247
94. REJEIÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL	248
95. TUTELA PROVISÓRIA.....	249
96. CONTESTAÇÃO E DEFESAS.....	250
97. SUSPENSÃO PROCESSUAL E ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL .	251
98. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO E LITISCONSÓRCIO.....	252
99. IMODIFICABILIDADE DA PETIÇÃO INICIAL.....	253
100. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS	256
101. PROVAS.....	256
102. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA <i>AD NUTUM</i>	258
103. INTERVENÇÃO DA PESSOA JURÍDICA INTERESSADA.....	259
104. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	261
105. CONVERSÃO OU PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO	262
106. INTERROGATÓRIO	265
107. INAPLICABILIDADE DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS NA INICIAL EM CASO DE REVELIA.....	267
108. NÃO INCIDÊNCIA DA INVERSÃO OU MODIFICAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	267
109. CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO E MULTIPLICIDADE DE AÇÕES.....	268
110. REEXAME NECESSÁRIO.....	270
111. ATUAÇÃO DA ADVOCACIA PÚBLICA.....	271
112. RECURSOS.....	272
113. A CONSENSUALIDADE COMO NOVA FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	275
114. CONSENSUALIDADE NA TUTELA DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA	277
115. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CIVIL.....	279
116. NATUREZA JURÍDICA	280
117. LEGITIMIDADE ATIVA.....	282
118. OITIVA DO ENTE LESADO	284
119. REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO ACORDO: ADEQUAÇÃO, OPORTUNIDADE, CONVENIÊNCIA E UTILIDADE	284
120. TIPOS DE ACORDO.....	291

121. CONTEÚDO.....	298
122. OITIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS	302
123. SANÇÕES PASSÍVEIS DE ACORDO	305
124. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO.....	310
125. DESCUMPRIMENTO DO ACORDO	314
126. SENTENÇA.....	317
127. APLICAÇÃO E DOSIMETRIA DAS SANÇÕES.....	318
127.1. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.....	323
128. ILEGALIDADE E IMPROBIDADE.....	324
129. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS SANÇÕES	324
130. PROIBIÇÃO DE REEXAME NECESSÁRIO	325
131. VEDAÇÃO DE OUTROS PROVIMENTOS	326
132. DESTINAÇÃO DO PRODUTO DA CONDENAÇÃO	329
133. LEGITIMIDADE PARA LIQUIDAÇÃO DA CONDENAÇÃO E CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	330
134. LEGITIMIDADE SUPERVENIENTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	330
135. DESCONTO E RESSARCIMENTO DO DANO	331
136. PARCELAMENTO DO DÉBITO	331
137. UNIFICAÇÃO DE SANÇÕES.....	334
138. TETO RESULTANTE DA UNIFICAÇÃO.....	335
CAPÍTULO 9 – DENUNCIÇÃO CALUNIOSA (ART. 19).....	337
139. DENUNCIÇÃO CALUNIOSA ESPECÍFICA.....	337
140. SANÇÕES	338
CAPÍTULO 10 – EFICÁCIA DA CONDENAÇÃO E AFASTAMENTO PROVISÓRIO DE AGENTE PÚBLICO (ART. 20).....	339
141. EFICÁCIA TEMPORAL DA CONDENAÇÃO	339
142. AFASTAMENTO PROVISÓRIO	340
CAPÍTULO 11 – INDEPENDÊNCIAS DE INSTÂNCIAS (ART. 21).....	343
143. INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS.....	344
144. IRRELEVÂNCIA DE DANO PATRIMONIAL.....	344
145. DESVINCULAÇÃO DAS DECISÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	345
146. COMUNICAÇÃO DE INSTÂNCIAS JUDICIAIS.....	345

147. COMPENSAÇÃO DE SANÇÕES.....	347
CAPÍTULO 12 – INVESTIGAÇÃO (ART. 22)	349
148. INVESTIGAÇÃO	349
149. INQUÉRITO CIVIL	352
CAPÍTULO 13 – PRESCRIÇÃO (ART. 23).....	355
150. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONADORA	357
151. CAUSAS SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO	359
152. CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	360
153. COMUNICABILIDADE DAS CAUSAS SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS..	362
154. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	362
155. IMPRESCRITIBILIDADE DO RESSARCIMENTO DO DANO.....	366
156. PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL.....	366
CAPÍTULO 14 – CAPACITAÇÃO (ART. 23-A)	369
157. APRIMORAMENTO DO CONTROLE INTERNO E EXTERNO	369
CAPÍTULO 15 – DESPESAS PROCESSUAIS E SUCUMBÊNCIA (ART. 23-B)	371
158. DESPESAS PROCESSUAIS E SUCUMBÊNCIA.....	371
159. HONORÁRIOS.....	373
160. DANO PROCESSUAL.....	373
CAPÍTULO 16 – IMPROBIDADE E PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 23-C).....	375
161. EXCLUSÃO DOS ATOS ILÍCITOS ENVOLVENDO RECURSOS PÚBLICOS GERIDOS POR PARTIDOS POLÍTICOS.....	375
CAPÍTULO 17 – EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI (ARTS. 24 E 25 E ARTS. 3º A 5º DA LEI N. 14.230/21)	377
162. CLÁUSULAS DE VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO	377
LEI Nº 14.230, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021	379
163. LEGITIMIDADE ATIVA E REGRA DE TRANSIÇÃO.....	379
164. CLÁUSULAS DE VIGÊNCIA E REVOGAÇÃO DA LEI N. 14.230.....	381
165. A REVOGAÇÃO DOS ARTS. 4º E 5º DA LEI N. 8.429.....	381
166. A REVOGAÇÃO DOS INCISOS I E II DO ART. 11 DA LEI N. 8.429 E SEU ROL TAXATIVO: O ERRO TÁTICO	382

167. RETROATIVIDADE OU IRRETROATIVIDADE DA LEI N. 14.230.....	388
168. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE TÍPICO-NORMATIVA	393
BIBLIOGRAFIA	397